

"Mostrar os dentes" Sarney

27 FEV 1988

CARLOS CHAGAS

Esta semana, o presidente José Sarney foi aconselhado pelo ministro Antônio Carlos Magalhães a mostrar os dentes. A parar de sorrir, em certas horas e situações, a dar o troco àqueles que o estão hostilizando e provocando. Seus amigos e assessores compreendem e elogiam sua postura de tolerância, concórdia e conciliação, mas, como disse o ministro das Comunicações, há hora para tudo. Seria oportuno que o presidente fechasse o cenho, adotasse uma posição severa e carrancuda e, como consequência, passasse a reagir de acordo com a ação de seus antagonistas.

A sugestão, transmitida em tom informal, visa especialmente aos rebeldes do PMDB e o governador Leonel Brizola. Porque, não só para Antonio Carlos, como para diversos auxiliares palacianos, eles estão passando dos limites, criando confusão e levando o governo à defensiva. Quando, na realidade, procuram apenas tirar proveito das dificuldades econômicas e sociais, buscando faturar prestígio e popularidade num ano eleitoral.

Diante da rebelião de parte do PMDB, o conselho do ex-governador da Bahia foi para que Sarney começasse a separar o jolo do trigo. Dispondo de 14 ministros do partido, e a maioria destes, por sua vez, influenciando em bancadas maiores ou menores, a hora seria de o governo chamar deputados e senadores à definição. Se apoiam a Nova República, se acreditam nela e se precisam dela, não poderão fazer coro com aqueles que, visando à reeleição, optam pelo caminho mais cômodo da independência e da crítica fácil para credenciar-se nas urnas. Aliás, os ministros já se pronunciaram previamente pela palavra de Paulo Brossard. O titular da Justiça, em seu discurso de posse, definiu com precisão a lealdade devida por todos ao chefe do governo e a prerrogativa de cada um, não concordando com diretrizes e rumos, de demitir-se. Mas enquanto estiverem no Ministério, não podem comportar-se como se não estivessem.

Para Antônio Carlos Magalhães, o efeito necessário, imediato e obrigatório é que os parlamentares ligados aos ministros do PMDB ajam da mesma forma. Definam-se, por exemplo demonstrando desde já oposição à tese da antecipação do mandato de Sarney. Porque essa idéia está lançada e germina entre os peemedebistas recalcitrantes e rebeldes, bem como em setores de esquerda, de outros partidos, como forma de pressão sobre o governo. Não há que temer a redução do mandato de Sarney ou a hipotética fixação de eleições presidenciais para 1987, por iniciativa da Assembléia Nacional Constituinte tem ressalvado o ministro das Comunicações. Primeiro, porque não haverá maioria capaz de engajar-se nessa vingança barata. Depois, porque não há prazo para a Assembléia Nacional Constituinte terminar o seu trabalho. Em 1946 os constituintes trabalharam em tempo integral, sem exercer funções legislativas ordinárias paralelas, e levaram nove meses para redigir a carta de então. No ano que vem, com a necessidade de também se reunirem em separado, como Câmara, Senado e Congresso, quem garante que os novos constituintes não levarão muito mais tempo? Poderão entrar por 1988 a dentro, o que tornaria inócua a sugestão de antecipar o pleito presidencial para o final de 1987. A norma, ainda que votada, só pode entrar em vigor após a promulgação da Constituição, existindo mil mecanismos em condições de esticar o final dos trabalhos.

É claro que a Assembléia Nacional Constituinte será soberana e decidirá como quiser, mas, para o ministro das Comunicações, se os adversários levan-

tam desde já artimanhas e manobras maliciosas, não custa lembrar-lhes ter a estrada mão e contra-mão. O vento que sopra de um lado, sopra de outro. Se alguns pretendem dar a Sarney apenas três anos, outros poderão aparecer propondo cinco ou até seis.

Há tempo e existem condições para uma integração das forças que compõem a Aliança Democrática, utilizem ou não certos dirigentes do PMDB a retórica ou a semântica, falando em coligação de partidos em vez de Aliança. Eles precisariam ter presente não estar em jogo apenas a sorte de cada um, ou de grupos, mas da Nova República por inteiro. O governo possui condições de atuar e vem demonstrando sua boa vontade. Mas a demonstrará através da ação do Ministério. No reverso da medalha, também dispõe de vasto potencial para retaliar. Será preciso um mínimo de coerência e de compreensão por parte do PMDB. Caso contrário, seu conselho é pela utilização das mesmas armas e da mesma tática esboçada por segmentos peemedebistas.

Ignora-se como José Sarney atuará, se permanecer a guerrilha do PMDB. Poderá continuar ainda por algum tempo fazendo que não vê as agressões e as

para a luta política aberta, e caso autorizado, não hesitará em brandir tacape e borduna sobre a cabeça do engenheiro.

Uma ação política mais agressiva, aliada a novas e efetivas realizações do ministério no campo econômico e no campo social, servirá, conforme Antônio Carlos, para que o governo ocupe espaços e se credencie junto à opinião pública de modo a vencer as eleições de novembro, através de seus candidatos. O ministério apresenta-se mais unido e coeso, depois da reforma, e os obstáculos, apesar de difíceis, podem ser superados.

Até aqui, apresenta-se a linha de pensamento de um ministro do PFL, disposto à luta político-partidária se os adversários não refluírem nem contribuam para um entendimento amplo. Não há certeza, no entanto, de que o chefe do governo, mesmo alertado, venha a adotar as sugestões de Antônio Carlos Magalhães. O presidente, ao menos por enquanto, tem preferido enguir sapos, não fechar as janelas e atuar no rumo da conciliação. O problema é que se a estratégia deu certo, em seus primeiros 11 meses de mandato, agora pode não dar. O PMDB insurgiu-se con-



acutiladas do maior partido nacional, como poderá partir para retrucá-las com igual intensidade. Mas que dispõe de condições para parar de sorrir e para mostrar os dentes e a carranca, não se duvida.

Antônio Carlos Magalhães também abordou com o presidente o problema Leonel Brizola. Afinal, o governador fluminense diz o que quer, continua levantando a fantasia das eleições presidenciais para este ano, e, mais do que isso, tenta sensibilizar segmentos do PMDB para a formação da chamada Frente Progressista, abrindo as portas do PDT a possíveis tráfugas e dissidentes e até estimulando-os à mudança. Por coincidência, são os que mais hostilizam o governo. Também diante de Brizola estaria chegando a hora do troco, que até tem data marcada. No próximo dia 5, formar-se-á cadeia nacional de rádio e televisão para transmitir o programa bianual do PDT, por força da lei. Dependendo de como Brizola se comporte, do diapasão de suas críticas e do desdobramento de sua estratégia, o ministro das Comunicações será mobilizado para responder-lhe. Possuindo experiência e capacidade

tra ele e aí estão pronunciamentos e atitudes claras de seus principais dirigentes, não só os integrantes da sua esquerda. Pimenta da Veiga e Humberto Lucena não foram à reunião do Ministério, Ulysses Guimarães recusou convite para representá-lo em Portugal, na posse de Mário Soares, Fernando Henrique Cardoso renunciou à liderança do governo no Congresso. Isso para dizer o mínimo. Na verdade, não é a recente reforma do Ministério que leva o partido à ebulição. Se não foram feitos os ministros que dezenas de grupos, subgrupos e alas pretendiam, até porque os ministros são 27, não 227, ninguém negará a presença de 14 peemedebistas no Ministério. No fundo da rebelião em marcha encontra-se outro fator, por sinal bem mais simples e natural: as eleições vêm aí, em novembro, e, apoiando o governo, sem que o governo tenha podido realizar aquilo que a opinião pública exige, boa parte do PMDB, entra em pânico. Agindo de forma independente, de maneira crítica ou até oposicionista, muitos desses segmentos postos em preocupação entendem poder safar-se e sair bem no embate eleitoral.